



# Prefeitura do Município de Londrina

## Estado do Paraná

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA

10 de setembro de 2021

### **ATA DA OFICINA REALIZADA ENTRE O COMITÊ DIRETOR DE ELABORAÇÃO DO PMGIRS E AS COOPERATIVAS DE RECICLAGEM DE LONDRINA**

No dia nove de agosto de dois mil e vinte e um, às quatorze horas, reuniram-se no Centro de Educação Ambiental da SEMA, localizado no Parque Arthur Thomas, os representantes das cooperativas de reciclagem, sendo o Zaqueo Vieira (representando a Cooper Região), Edmilson Caldeira (Coopernorth), Jonathan W. F. Alves e Adriana Fernandes da G. Alves (Coopermudança), Ariadne Aline B. (Cooperoeste) e Francisco C. B. Gomes da Silva (Ecorecin), os servidores Roney F. Moratto e Reginaldo Sampaio da Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização – CMTU, o servidor Mário Inácio da Silva da Autarquia Municipal de Saúde - AMS e representando a Secretaria Municipal do Ambiente - SEMA estavam presentes as Servidoras Mariza Cleonice Pissinati e Lidiani M. D. Isidoro e o estagiário Rodrigo Furquim Ghiraldi. A Cooper Refum e a Coocepeve também receberam convite via email e telefone para a reunião mas não estiveram presentes. Em consenso entre os participantes, foi iniciada a gravação da reunião. Mariza iniciou dando boas vindas aos participantes e explicando a finalidade da reunião, que tinha como objetivo contribuir para a elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PMGIRS, através do levantamento das dificuldades que as cooperativas tem enfrentado no dia a dia de trabalho e as propostas que as cooperativas gostariam de apresentar para serem incluídas no PMGIRS. Adriana levantou o primeiro ponto a ser discutido, o fato de algumas grandes empresas como o Carrefour, Viscardi e Havan venderem os resíduos gerados ao invés de repassar às cooperativas. O participante Zaqueo concordou e informou que ao questionar essa empresa recebeu a resposta de que estas seguem ordens da matriz para a venda dos resíduos gerados. Adriana questiona se não é possível criar leis municipais que obrigue os geradores a direcionar resíduos para cooperativas. Mariza pede para o estagiário Rodrigo anotar para realizarem pesquisas verificando se podem criar leis municipais que direcionem obrigatoriamente os resíduos recicláveis para as cooperativas. Adriana questiona se não é possível obrigar as empresas a utilizarem embalagens sem o papel alumínio dentro, porque as cooperativas acabam demorando muito tempo para juntar uma quantidade significativa do material e que não encontram empresas que o comprem. Mariza esclarece que existem empresas que estão trocando essas embalagens mas que a maioria delas são produzidas fora da cidade de Londrina e que por isso é mais difícil para o Município controlar esse aspecto. Sugeriu que o que está ao alcance atualmente é a pesquisa de empresas que possam comprar esse material. Mariza sugere também que pesquisem programas de reciclagem no site da empresa Terracycle, que promove por exemplo a compra e a reciclagem de esponjas de limpeza. No site é possível encontrar outras ideias e ações que estão funcionando para resíduos que são mais difíceis de reciclar. Roney cita que há legislação vigente que obriga as empresas a realizarem a logística reversa e que o município como poder público poderia atuar no sentido de cobrar mais das empresas. Em seguida, Adriana levantou que empresas geradoras estão vendendo seus resíduos recicláveis para os catadores informais, ao invés de encaminhar para as cooperativas. Mariza levantou a possibilidade de falar com o Secovi para conscientizar os síndicos de condomínios. Mariza questionou se a entrega do saco verde para a população deveria ser algo obrigatório na opinião dos cooperados. Adriana disse que não e que foi algo de quando criaram as cooperativas e que a população se acostumou a ganhar o saco verde para acomodar os resíduos. O participante Zaqueo disse que a Cooperregião planejava fabricar sacos verdes, mas que o custo seria inviável, considerando que os catadores informais acabariam levando os resíduos junto com o saco que a cooperativa teria entregue à população. Mariza afirmou que é necessário criar uma nova cultura na população, de que é obrigação de todo cidadão separar seus resíduos. O participante Zaqueo sugeriu realizar um trabalho junto com a Kurica para que se eles não recolham o lixo reciclável. Segundo os participantes Edmilson e Adriana, a Kurica recolhe os resíduos recicláveis e fazem a venda e por isso essa estratégia não funcionaria. Roney aponta que a alternativa então seria fiscalizar a empresa que coleta o lixo. Francisco falou que houve mudança nos dias de coleta de recicláveis e que ficou junto com o dia de coleta de orgânicos e que isso diminuiu a quantidade de materiais coletados pela cooperativa. Falou também sobre o corte da verba para a educação ambiental, que antes ajudava muito a aumentar a quantidade de materiais coletados. Apontou ainda sobre caçambas coletoras de compradores de material que ficam estacionadas em áreas de triagem clandestina. Mariza questionou ao Roney se existem leis que proíbam que compradores de resíduos comprem de catadores informais. Roney respondeu que teria que pesquisar. A irregularidade, a princípio, seria o fato da caçamba

estar na rua e com resíduos a céu aberto. Francisco e Aline informam que conseguiram aumentar a quantidade de resíduos coletados através da conversa de porta em porta e, no caso da Ecorecin, com a entrega de sacos verdes pela cooperativa para a população. Roney afirmou que o contato porta a porta faz diferença, independente da regional. Alguns cooperados informaram que há muitos processos trabalhistas contra as cooperativas e que os juízes acabam julgando como se estas fossem empresas privadas com empregados e que, por isso, perdem muitas ações. Roney sugere reunião com juízes e promotores que julgam as causas trabalhistas no município. Roney questionou quais são normalmente os motivos pelos quais as cooperativas recebem processos trabalhistas e Adriana respondeu que os principais fatores são insalubridade, salários baixos, falta de bonificação e qualificação. Adriana colocou que gostaria de ter uma professora e uma sala de aula na cooperativa, além de vagas nas universidades para cooperados. Roney sugeriu aplicar um diagnóstico levantando as necessidades de treinamento. Lidiani disse que após essa etapa do diagnóstico, as cooperativas poderiam verificar as opções de cursos que já têm disponíveis na cidade e o que não tiver, poderá trazer como sugestão. Em seguida, Mariza perguntou que tipos de resíduos chegam nas cooperativas e que não deveriam chegar. Adriana relatou que chegam animais mortos, fraldas, absorventes femininos, máscaras usadas, entre outros. Aline relatou que os tecidos que chegam na Cooperoeste são utilizados pelas cooperadas para a confecção de tapetes e de outros materiais artesanais. Mariza questionou se os cooperados concordam que vídeos com instruções sobre a separação e limpeza de resíduos facilitaria o trabalho deles e Adriana e Zaqueo concordaram que ajudaria. Aline levantou a possibilidade de agendar uma reunião entre representantes das cooperativas, o Prefeito e o presidente da CMTU. Mariza disse que vai tentar agendar uma reunião, mas que não promete êxito. Pediu que seja feita uma pauta e que avisem o Roney para que possam agendar. Francisco sugeriu que a CMTU faça a fiscalização dos carros e caminhões que coletam de forma irregular através das leis de trânsito, pois muitos deles são velhos e estão sem documentação. Da mesma forma, que sejam fiscalizadas as caçambas de compradores de resíduos mencionadas anteriormente. Cooperados concordam entre eles que o catador informal pega os resíduos e separa os que tem valor de mercado e descarta os que não tem valor em fundos de vale, causando muita poluição, tanto com os resíduos acumulados quanto os que são queimados. Mariza questionou se as cooperativas estão procurando formas de ir além da separação, processando os resíduos na própria cooperativa e todos informam que sim. Lidiani informou que o que estiver ao alcance da SEMA já será buscada a execução e colocou a Gerência de Educação Ambiental da SEMA à disposição dos cooperados. Roney também se colocou à disposição, representando a CMTU. Mariza informou que os agentes de endemias fazem o trabalho de orientar também sobre os resíduos nas residências e que todas as ideias são sempre bem-vindas. Adriana questionou sobre o contrato para o pagamento da insalubridade e INSS e Roney informou que já foi encaminhado e que os representantes serão chamados. Francisco acrescentou que 20% é obrigatório por Lei. Mariza agradeceu a presença de todos. Sem mais nada a comentar, deu-se por encerrada a reunião às dezesseis horas e dez minutos.



Documento assinado eletronicamente por **Mariza Cleonice Pissinati, Gerente de Educação Ambiental**, em 23/09/2021, às 13:48, conforme horário oficial de Brasília, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 1.525 de 15/12/2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.londrina.pr.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.londrina.pr.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **6288158** e o código CRC **6A27605B**.